* 1. **MENSAGEM N.º \_\_\_\_\_\_\_, DE \_\_\_ DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ DE2017**

Senhor Presidente,

Exercendo a competência a mim deferida pelo art. 60, inciso II, da Constituição Estadual de 1989, encaminho à Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, o anexo **Projeto de Lei**, que dispõe sobre o arrolamento administrativo de bens e direitos.

A proposta de lei visa a incrementar a possibilidade de recuperação de créditos tributários e não tributários devidos ao Estado do Ceará, adotando a sistemática do arrolamento, já implementada pela União há duas décadas, com a edição da Lei nº 9.532/97. Ressalte-se que outros estados, como a Bahia, editaram leis semelhantes, as quais também produziram significativos resultados, eis que o arrolamento se tem mostrado eficaz no combate à ocultação de patrimônio dos devedores e propiciado maior eficácia das execuções fiscais.

Cumpre registrar que o maior desafio, na recuperação de créditos fazendários, é, exatamente, a localização de bens dos devedores, surgindo o arrolamento, nesse contexto, como excelente ferramenta à disposição do Poder Judiciário e da Fazenda Pública para evitar a ocultação patrimonial.

Diante do exposto, na expectativa de contar com o apoio de Vossa Excelência, bem como de vossos ilustres pares, renovo protestos de elevado apreço e consideração.

**PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.

1. **Camilo Sobreira de Santana**

**GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ**

Ao Excelentíssimo Senhor

* + 1. **Deputado José Jácome Carneiro Albuquerque**

Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Nesta

**PROJETO DE LEI N.º              , DE        DE                             DE 2017**

*Dispõe sobre o arrolamento administrativo de bens e direitos.*

O **GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ:**

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º O arrolamento administrativo de bens e direitos dos sujeitos passivos tributários, contribuintes ou responsáveis, em débito com a Fazenda Pública Estadual, tem como finalidade o acompanhamento do patrimônio do devedor para aumentar a probabilidade de recuperação de créditos tributários não recolhidos regularmente e será feito de acordo com o disposto nesta Lei.**

**Art. 2º** A Secretaria da Fazenda procederá ao arrolamento administrativo de bens e direitos quando, **cumulativamente**:

**I - o sujeito passivo possuir débitos tributários inscritos ou não em dívida ativa, cujo montante ultrapasse o percentual de 30% (trinta por cento) em relação ao seu patrimônio conhecido;**

**II - o montante dos débitos tributários de que trata o inciso anterior for superior a R$500.000,00 (quinhentos mil reais).**

**§ 1º** Não serão computados, na soma dos débitos tributários, aqueles em relação aos quais exista depósito administrativo ou judicial do seu montante integral.

**§ 2º** O Chefe do Poder Executivo deverá ajustar anualmente o valor do limite estabelecido no inciso II do *caput* deste artigo pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**§ 3º** O arrolamento administrativo recairá sobre bens e direitos do sujeito passivo, contribuinte ou responsável tributário, suscetíveis de registro público.

**§ 4º O arrolamento administrativo poderá recair sobre os bens e direitos pertencentes aos administradores de pessoa jurídica, quando esta não possuir patrimônio suficiente para satisfação do crédito tributário, desde que seja constatada sua responsabilidade pelo débito**.

**§ 5º** O arrolamento também poderá ocorrer por iniciativa do sujeito passivo.

**§ 6º** As certidões de regularidade fiscal expedidas deverão conter informações quanto à existência de arrolamento.

**Art. 3º O sujeito passivo será notificado do ato de arrolamento, ficando obrigado, a partir do recebimento da notificação, a comunicar à Secretaria da Fazenda a alienação, a transferência a qualquer título ou o gravame dos bens e direitos arrolados, no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir da ocorrência.**

**§ 1º Medida cautelar fiscal será requerida contra o sujeito passivo pela falta da comunicação prevista no *caput* deste artigo, nos termos da legislação federal**.

**§ 2º** A Administração poderá, a seu critério, em face de requerimento do sujeito passivo ou responsável tributário, autorizar a substituição dos bens ou direitos arrolados por outros.

**Art. 4º** O ato de arrolamento deve ser registrado, independentemente de pagamento de custas ou emolumentos:

I - no competente Registro Imobiliário, relativamente aos bens imóveis;

II - nos órgãos ou entidades onde, por força de lei, os bens móveis ou direitos sejam registrados;

III - no Cartório de Títulos e Documentos e Registros Especiais, relativamente aos demais bens e direitos.

**§ 1º** As certidões expedidas por cartórios e órgãos de registros deverão conter informações quanto à existência de arrolamento.

**§ 2º Os cartórios, registros, órgãos e entidades mencionados neste artigo, ficam obrigados a comunicar à Secretaria da Fazenda, até o dia 15 (quinze) de cada mês, a ocorrência de alienação, transferência a qualquer título ou gravame dos bens arrolados, realizadas no mês imediatamente anterior.**

**§ 3º** Os atos de comunicação mencionados no parágrafo anterior serão realizados, preferencialmente, por meio eletrônico.

**Art. 5º** O arrolamento de bens e direitos será cancelado nas seguintes hipóteses:

I - desapropriação pelo Poder Público;

II - perda total do bem;

III - expropriação judicial;

IV - ordem judicial;

V - nulidade do lançamento do crédito tributário;

VI - retificação do lançamento do crédito tributário;

VII - extinção do crédito tributário.

**§ 1º** O sujeito passivo deve apresentar à Secretaria da Fazenda os documentos comprobatórios das hipóteses previstas nos incisos I a III deste artigo, caso ocorram.

**§ 2º** Em qualquer das hipóteses previstas nos incisos deste artigo, a Secretaria da Fazenda comunicará o fato, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, ao registro imobiliário, cartório, órgão ou entidade competente de registro e controle, no qual o arrolamento tenha sido registrado para que este seja cancelado.

**§ 3º** Nas hipóteses previstas nos incisos V a VII do *caput*, o arrolamento só será cancelado se o débito remanescente, apurado na forma prevista no inciso II do art. 2º, não justificar sua manutenção.

**Art. 6º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ**, em Fortaleza, aos \_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2017.

**Camilo Sobreira de Santana**

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ